

www.tumg.pt



2019



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

Índice

Relatório de Gestão	3
Balanço	40
Demonstração de Resultados	41
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	42
Demonstração de Fluxos de Caixa	43
Anexo	44
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal de Contas	

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.

A. RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO: 2019

1. Nota Introdutória

A Tumg – Transportes Urbanos da Marinha Grande, com sede na Rua Pereira Crespo S/N, Marinha Grande, com um capital social de 338.000,00 €, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de natureza municipal, que adotou a forma de sociedade anónima unipessoal, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, cujo acionista único é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A empresa tem consignado nos seus estatutos, como objeto social:

- a. O transporte de passageiros;
- b. A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

O presente relatório de gestão e contas, elaborado no cumprimento do disposto nos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 15.º n.º I alínea g) dos Estatutos da Empresa e no artigo 42.º n.º I alínea d) da citada Lei n.º 50/2012, expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2019.

Pretende ser uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Tumg, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2. Enquadramento Económico

2.1. A Nível Internacional

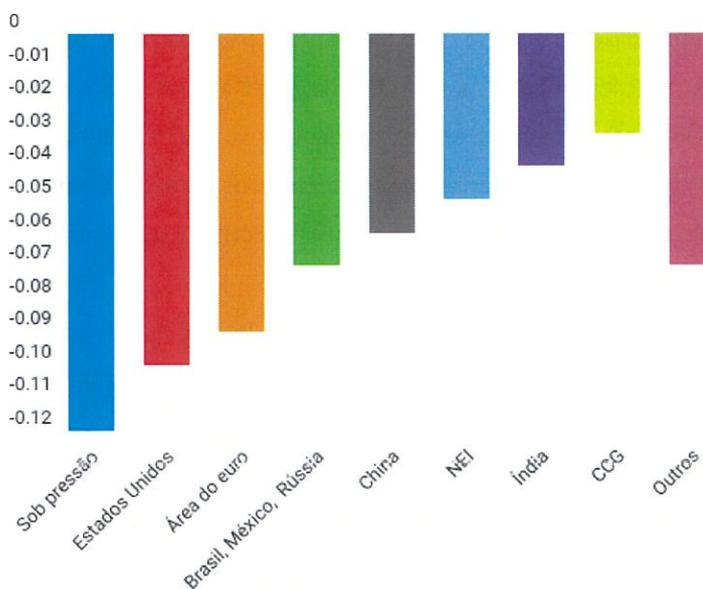
Em 2019, a economia mundial cresceu ao ritmo mais fraco desde a crise financeira mundial de uma década atrás, consequência das influências comuns entre os países e fatores nacionais específicos.

As grandes economias de mercados emergentes, como o Brasil, a Índia, o México e a Rússia revelaram debilidades nacionais específicas a par do agravamento das tensões macroeconómicas relacionadas com condições financeiras mais restritivas, tensões geopolíticas e perturbações sociais.

Cada vez mais fraco

A desaceleração do crescimento mundial em 2019 reflete uma queda do crescimento em vários países e regiões importantes.

(contribuições para a desaceleração do crescimento, pontos percentuais, 2019)



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: Economias sob pressão = Argentina, Irã, Líbia, Sudão, Turquia e Venezuela;
NEI = novas economias industrializadas asiáticas; CCG = Conselho de Cooperação do Golfo.

Face ao aumento da incerteza da conjuntura económica, as empresas adotaram uma postura mais cautelosa em relação aos gastos de longo prazo, e as compras mundiais de máquinas e equipamentos desaceleraram. A procura das famílias por bens duradouros também regrediu, embora tenha havido uma ligeira recuperação no segundo trimestre de 2019, mais evidente no setor automóvel.

Quer o Fundo Monetário Internacional (FMI), quer a OCDE, referem-se a um clima de crescente tensão comercial, menor procura privada e investimentos prejudicados pela incerteza.

As conclusões da OCDE são taxativas, afirmando que o panorama se tornou "cada vez mais frágil e incerto", em grande parte devido às tensões comerciais e políticas, que minam a confiança e o investimento.

O crescimento mundial situa-se nos 2,9% neste ano, nível mais baixo desde a Grande Recessão de 2009 e quase meio ponto abaixo da média dos últimos cinco anos, alerta o World Economic Outlook (WEO). Mas segundo este organismo, a situação podia ser muito pior, caso os bancos centrais não tivessem avançado com uma política de estímulos monetários.

“Se a economia não abrandou ainda mais em 2019 isso ficou a dever-se a dois 'motores' de crescimento, aponta o WEO: a resiliência do setor de serviços à escala mundial e as políticas expansionistas por parte dos bancos centrais, nomeadamente dos mais importantes (EUA, China, Zona Euro e Japão).”

Com uma taxa de crescimento tão fraca em 2019, similar à registada em 2008 no ano em que rebentou a grande crise financeira, “não há margem para erros de política e é urgente que os decisores apoiem o crescimento”, avisa Gita Gopinath, a economista-chefe do FMI.

Segundo Gita Gopinath, é necessário sincronizar três vontades políticas:

1. Inverter a escalada na guerra comercial entre os EUA e a China;
2. Avançar com uma política de estímulos orçamentais, nomeadamente por parte da Alemanha e da Holanda;
3. Avançar com uma “resposta orçamental internacional coordenada” no caso do crescimento mundial se deteriorar ainda mais.

Caso a guerra comercial atinja uma nova escalada, a ligeira recuperação em 2020 pode ser neutralizada. Os governos com margem orçamental devem avançar com uma política orçamental expansionista virada para o investimento em capital social e em infraestruturas, e será necessário implementar mecanismos de controlo dos efeitos negativos dos estímulos monetários prolongados, a par de uma resposta política económica e fiscal à emergência climática.

Sete grandes economias do G20 fecharam 2019 com um crescimento abaixo de 1% – Alemanha (0,5%), África do Sul (0,7%), Arábia Saudita (0,2%), Brasil (0,9%), Itália (0%), Japão (0,9%) e México (0,4%). Quatro registam desacelerações de mais de um ponto percentual em relação a 2018: Arábia Saudita, México, Rússia e Alemanha.

Trata-se de uma desaceleração “sincronizada” à escala mundial.

A zona euro regista um abrandamento ainda maior do que a economia mundial. A taxa de crescimento cai de 1,9% em 2018 para 1,2% em 2019, o ritmo mais fraco desde a recessão de 2012 e 2013. Alemanha e Itália são as duas grandes economias do euro que estão a puxar para

baixo a dinâmica da região, em boa medida, como reflexo da maior dependência do comércio internacional.

Este abrandamento sem precedentes numa década, resulta essencialmente das barreiras comerciais e das crescentes tensões geopolíticas.

A guerra comercial vai ter um impacto acumulado que reduziu em oito décimas o crescimento que se poderia registar em 2020, se essa guerra comercial não tivesse, entretanto, escalado.

O WEO sublinha que o papel dos estímulos monetários avançados pelo Banco Central norte-americano e pelo Banco Popular da China foi determinante para "conter o impacto negativo das taxas aduaneiras" nas duas maiores economias do mundo.

O peso da incerteza reinante recai sobretudo na guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, e na perspectiva de um Brexit sem acordo.

A introdução de tarifas bilaterais entre Washington e Pequim desde inícios de 2018 continuará a arrastar a atividade e o comércio global nos próximos dois anos e "poderia reduzir o acréscimo global do Produto Interno Bruto (PIB) entre 0,3 e 0,4 pontos percentuais em 2020 e entre 0,2 e 0,3 em 2021", afirma a OCDE.

Refere ainda a OCDE que o impacto desta conjuntura sombria far-se-á sentir na qualidade de vida dos cidadãos, a perspectiva de uma melhoria continuada dos salários a médio prazo é mais fraca do que antes da crise financeira e o crescimento 'per capita' nos últimos anos também se manteve abaixo.

A OCDE sublinha que a necessidade de políticas macroeconómicas adicionais cresceu na maior parte das economias e conclui que devem aplicar-se com urgência políticas que fortaleçam a confiança, acalmem as tensões, estimulem o investimento e o crescimento potencial.

Segundo aquela Organização, para além dos fatores clássicos, designadamente as tensões comerciais e geopolíticas, acrescem duas variantes: a digitalização e, muito especialmente, a mudança climática, que apontam como problemas "estruturais" que devem ser atendidos com urgência.

"A mudança climática e a digitalização são mudanças estruturais em curso nas nossas economias", salienta a economista-chefe da OCDE, Laurence Boone, no começo do último relatório de 2019 sobre as perspectivas da economia mundial. Considera serem fatores estruturais e, na ausência de uma direção política clara, a incerteza continuará a abater-se sobre nós, danificando as perspectivas de crescimento."

Boone insiste que os Governos "devem agir rapidamente", porque "sem uma orientação clara nos preços do carbono, padrões e regulação, e sem o investimento público necessário, as

empresas adiarão decisões de investimento, com nefastas consequências para o crescimento e o emprego”.

2.2. A Nível Nacional

O FMI projetou o crescimento da economia portuguesa em 1,9% em 2019 e 1,6% em 2020. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa cresceu 2,0% em 2019. Em 2018 a economia portuguesa tinha crescido 2,4%.

O valor supera em uma décima o estimado para 2019 pelo Governo, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Conselho das Finanças Públicas, mas está em linha com a previsão do Banco de Portugal e da Comissão Europeia.

No comunicado do INE pode ler-se que "No conjunto do ano 2019, o PIB aumentou 2,0% em volume, menos 0,4 pontos percentuais que o observado no ano anterior. Esta evolução resultou do contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo o abrandamento do consumo privado. A procura externa líquida apresentou um contributo ligeiramente menos negativo que em 2018, verificando-se uma desaceleração das Exportações e das Importações de Bens e Serviços".

O Produto Interno Bruto (PIB), em termos homólogos, aumentou 2,2% em volume no 4.º trimestre de 2019 (mais 0,3 pontos percentuais que a taxa do trimestre anterior). O contributo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB foi positivo no 4.º trimestre, após ter sido negativo nos trimestres anteriores, observando-se uma aceleração das exportações de bens e serviços e uma desaceleração das importações de bens e serviços".

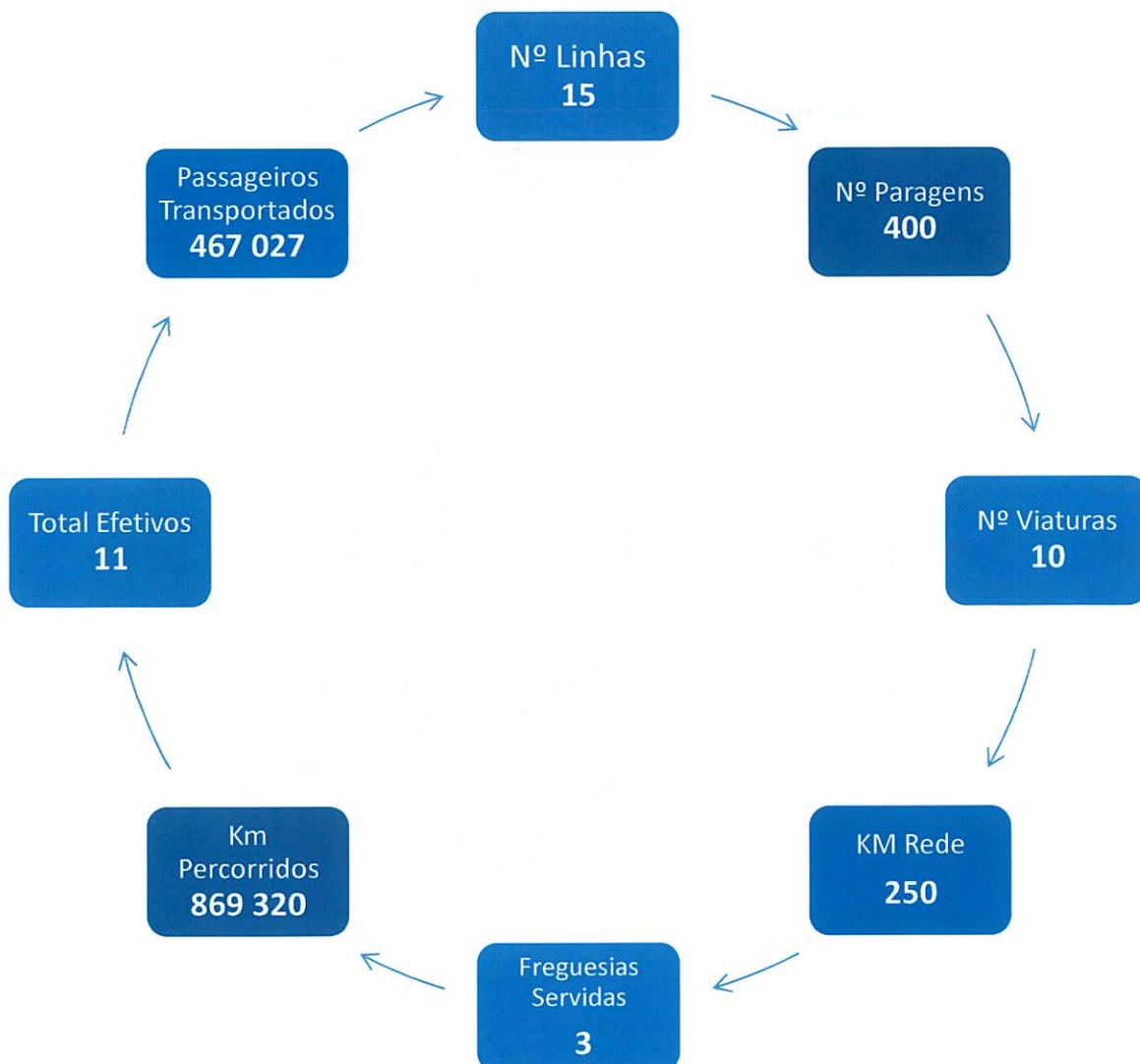
De acordo com a informação divulgada pelo INE "a procura interna registou um contributo positivo menor que o observado no trimestre anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e da Formação Bruta de Capital Fixo".

Comparativamente com o 3.º trimestre de 2019, o "PIB aumentou 0,6% em termos reais (variação em cadeia de 0,4% no trimestre anterior). O contributo da procura externa líquida para a variação em cadeia do PIB passou de negativo a positivo no 4.º trimestre, enquanto o contributo da procura interna foi negativo, após ter sido positivo".

3. Análise da Atividade e da Posição Financeira

Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o objetivo principal de servir a população da Marinha Grande.

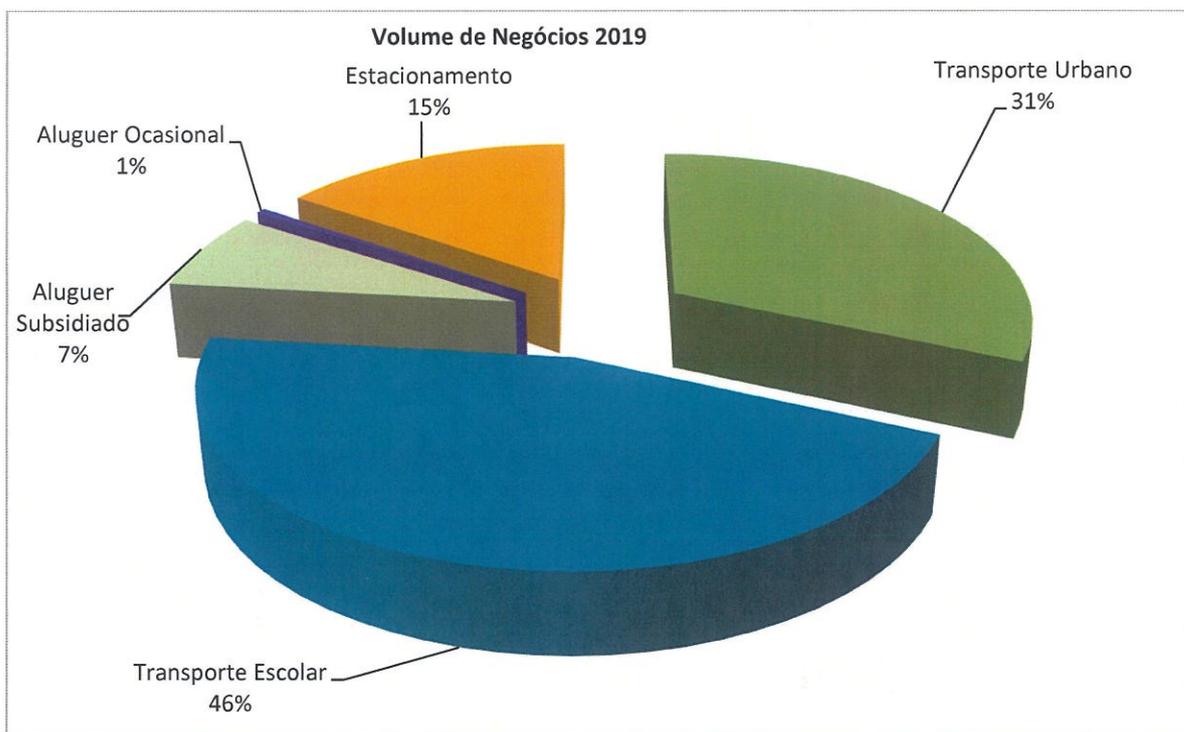
No exercício de 2019, a Tumg obteve resultados positivos, que revelam a continuação do esforço conducente à contenção de gastos e a assunção de medidas de redução de custos, através da gestão criteriosa dos ativos da empresa, perspetivando o seu equilíbrio financeiro.



O volume de negócios atingiu um valor de 520 064,88 €, tendo obtido o resultado líquido positivo de 1.418,32 €.

O volume de negócios traduz-se na contribuição líquida de cada sector de atividade, conforme apresentado no gráfico seguinte:

Sector	Valor (€)
Transporte Urbano	161.916,51
Transporte Escolar	241.491,90
Aluguer Subsidiado	33.950,00
Aluguer Ocasional	6.207,57
Estacionamento	76.498,90
Total	520.064,88



O n.º I do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estabelece os seguintes critérios de solvabilidade das empresas locais:

- a. As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos devem cobrir, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;

- b. Nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante deve ser inferior a 50% das suas receitas;
- c. Nos últimos três anos, o valor do resultado operacional (EBITDA) subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações, deve ser positivo;
- d. Nos últimos três anos, o resultado líquido deve ser positivo.

Nesta matéria, a Tumg cumpre uma vez mais com todos os critérios legalmente exigidos pela referida Lei.

3.1. Transporte Urbano

Por regra, o custo de um sistema de transportes públicos de passageiros não é imputado na íntegra aos seus utilizadores, na medida em que um sistema de transportes públicos com tarifários baixos traduz-se em grandes benefícios para a eficiência de outros mercados de grande importância, designadamente o mercado de trabalho, a função residencial, o acesso a equipamentos e infraestruturas económicas, educacionais e sociais. Importa, pois, destacar, que um sistema de transporte público, para além do seu efeito económico, constitui um importante instrumento de inclusão social.

Destacamos o facto deste segmento de atividade assentar numa vertente social, pelo que, por orientação direta do acionista e pelo sétimo ano consecutivo, não se verificou qualquer aumento no tarifário dos transportes urbanos, que consta da tabela seguinte, em vigor desde 2009.

Tarifário		Preço
TÍTULOS DE TRANSPORTE		Unitário
Passe	Geral	€ 15,00
	Jovem	€ 7,50
	Sénior	€ 7,50
Pré-Comprado	10 viagens	€ 5,00
Bilhete de 1 viagem		€ 0,80
1/2 bilhete de 1 viagem		€ 0,40

Em virtude de mais de 50% dos utilizadores dos transportes urbanos da Marinha Grande usufruírem do passe subvencionado, socialmente acessíveis, mas com valores abaixo do custo real de operacionalidade, o subsídio à exploração foi calculado de modo a garantir a cobertura do défice de exploração.

O objetivo subjacente à génese da Tumg enquanto empresa municipal de gestão de serviços de interesse geral, foi o de racionalização de recursos, através da agilização da gestão dos serviços

que constituem o seu objeto social (transporte de passageiros) de modo a proporcionar uma maior satisfação dos Utentes, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população da Marinha Grande.

Após um estudo de Mobilidade e Transportes, aprovado pelo Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes em 30 de dezembro de 2008, a Tumg lançou o transporte público urbano na Cidade da Marinha Grande, através da implementação de duas linhas (azul e verde), em 01 de julho de 2009.

Em 2011 essas linhas foram objeto de remodelação, dando origem a quatro: a linha azul, verde, vermelha e amarela A e B.

Em 2012, as linhas urbanas foram alargadas às localidades do Pilado e Amieira, através da criação de duas extensões das linhas verde e vermelha.

No ano de 2015, foi implementada a linha roxa, que resultou da reestruturação da linha azul, tendo esta sido alvo de uma ampliação, que passou a abranger a localidade de Albergaria.

Em 2018 procedemos à reestruturação das linhas verde, vermelha e roxa, com o objetivo de adequar a oferta às respetivas taxas de ocupação, com inclusão de novas paragens, em resposta às necessidades manifestadas pelos nossos Utentes.

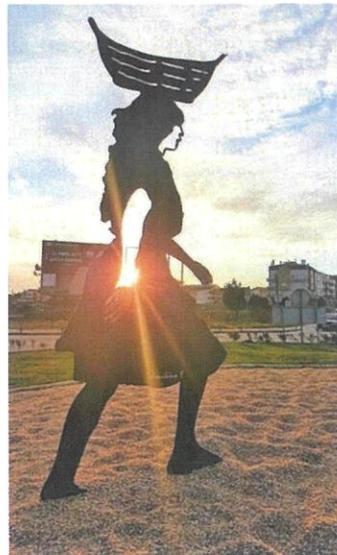
Aumentámos a oferta de horários para as localidades anteriormente abrangidas pelas extensões da linha verde e vermelha (Pilado e Amieira), através da incorporação dessas localidades nas linhas principais.



No dia 04 junho de 2018, ampliámos o transporte urbano até à freguesia da Moita, ligando esta freguesia à cidade da Marinha Grande.



No dia 28 de agosto de 2019, inaugurámos o transporte urbano na freguesia de Vieira de Leiria.



Demos a importância devida a uma pretensão legitimamente ambicionada quer pela população da Moita quer pela população de Vieira de Leiria. Com empenho, esforço e dedicação, conseguimos que esta pretensão fosse uma realidade.

As três freguesias que constituem o Concelho da Marinha Grande passaram assim a estar ligadas e providas de um transporte urbano facilitador não só da mobilidade como da inclusão social, porquanto a maioria dos nossos utentes são jovens estudantes e população idosa, com mais difícil acesso a meios alternativos de mobilidade.

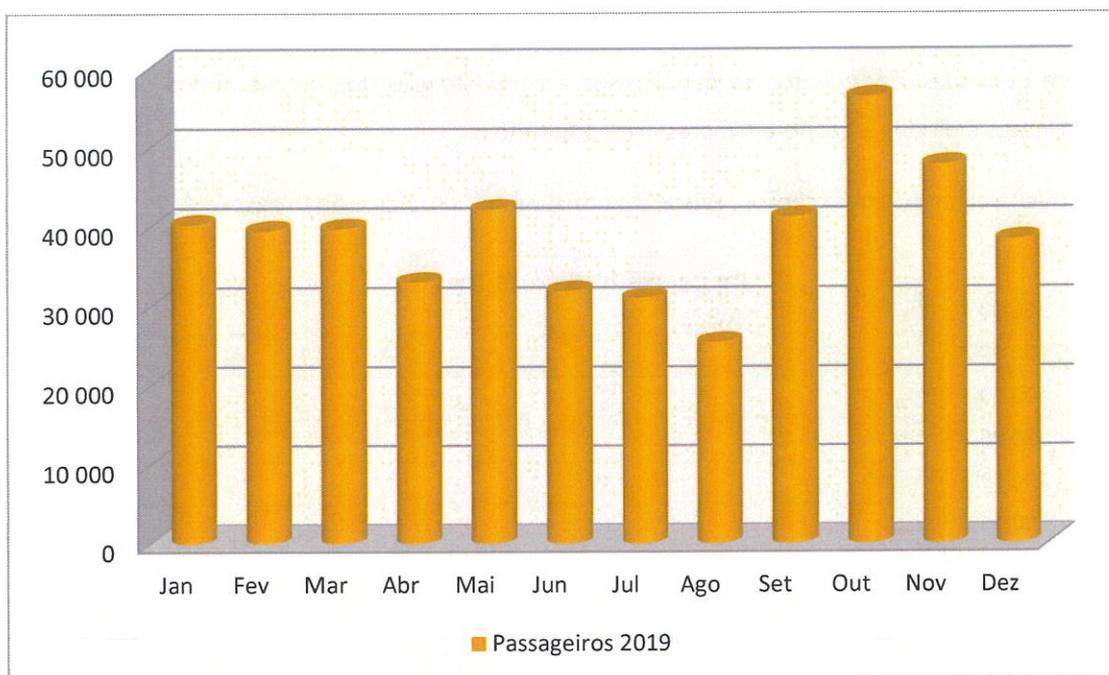


Deste modo, desde o dia 28 de agosto de 2019, passam a ser 15 as linhas urbanas a operar nas três freguesias do Concelho.

No ano de arranque da Tumg, os percursos abrangiam cerca de 40 quilómetros da cidade. Atualmente, disponibilizamos uma rede de transportes urbanos que abrange a totalidade do Concelho da Marinha Grande: as nossas linhas urbanas oferecem 250 quilómetros de percursos, que ligam e servem as 3 freguesias do Concelho.



Nos próximos gráficos e tabelas estão representados o número de passageiros transportados mensalmente e por linha, que se traduzem no número de viagens (validações) registadas pelo sistema de bilhética. Da sua análise, constata-se um aumento do nível de utilização dos transportes urbanos, face ao ano anterior:



Passageiros 2019

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
40.311	39.519	39.773	33.041	42.184	31.937	31.061	25.457	41.231	56.363	47.797	38.353	467.027

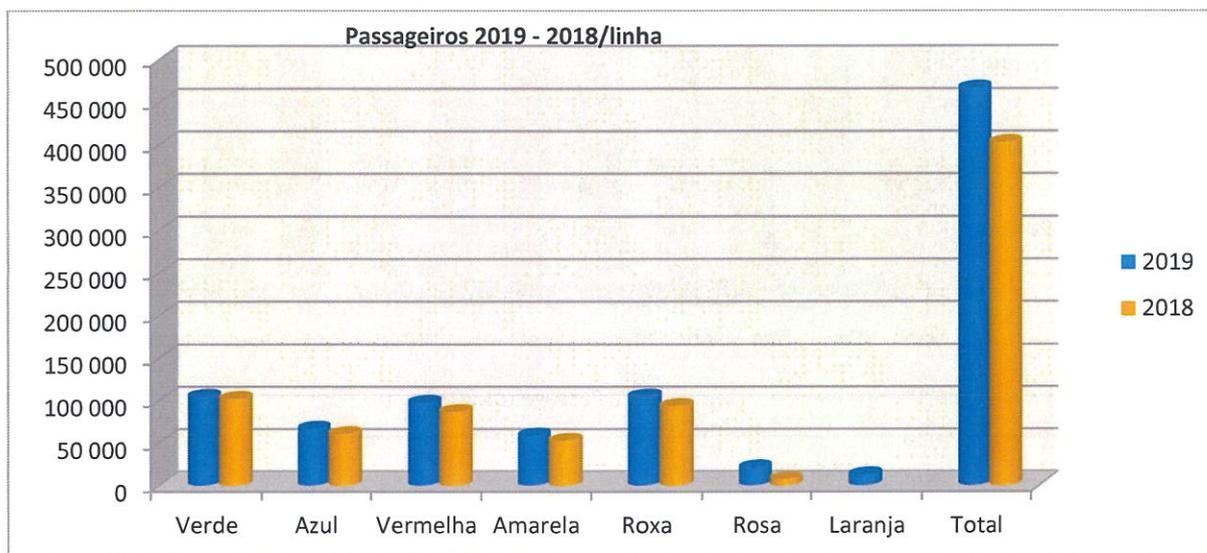
N.º Passageiros

Linha	2019	2018	Variação
Verde	104.890	102.073	
Azul	66.888	60.642	
Vermelha	97.829	86.762	
Amarela	58.892	52.759	
Roxa	104.954	93.519	
Rosa	20.925	7.288	
Laranja	12.649		
Total	467.027	403.043	+15,88%

Em termos absolutos e face a 2018, registámos um aumento de 16% no número de viagens (validações), que representa um acréscimo de 63.984 viagens.

Importa esclarecer que as validações no sistema de bilhética referem-se ao número de vezes em que os passes são exibidos ao que acresce a contabilização dos outros títulos de transporte (bilhetes emitidos a bordo e bilhetes pré-comprados).

Todas as linhas, sem exceção, registaram um aumento do índice de utilização.



Adesão ao PART-RL – Programa de Apoio à Redução Tarifária na Região de Leiria

Importa referir que desde maio 2019, foi implementado o PART-RL – Programa de apoio à redução tarifária na Região de Leiria. Esta medida materializa-se em 50% de desconto nos passes atualmente vigentes no Concelho da Marinha Grande (geral, jovem e sénior), prevendo-se que se mantenha em vigor até final de 2021.



Para além do seu objetivo ambiental, esta medida contribui para reduzir significativamente os encargos que as famílias têm com a utilização do sistema de transportes e, como consequência, aumentar o seu rendimento disponível.

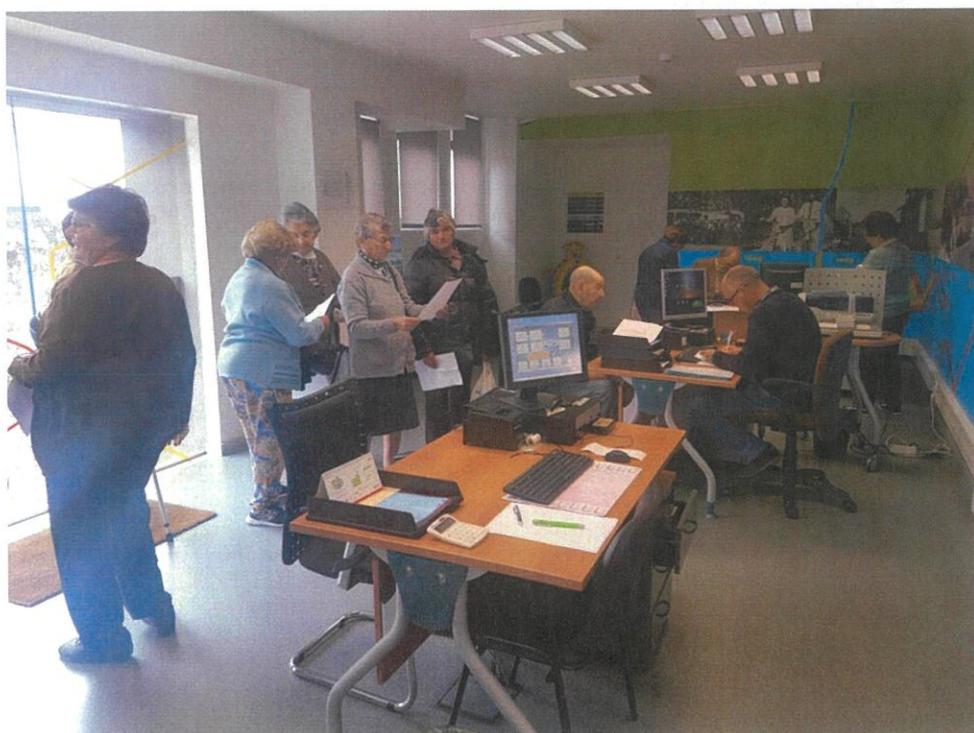
Ao abrigo deste programa, os passes no Concelho da Marinha Grande têm os seguintes custos:

- Passe Geral: 7.50 €
- Passe Jovem: 3.75 €
- Passe Sénior: 3.75 €

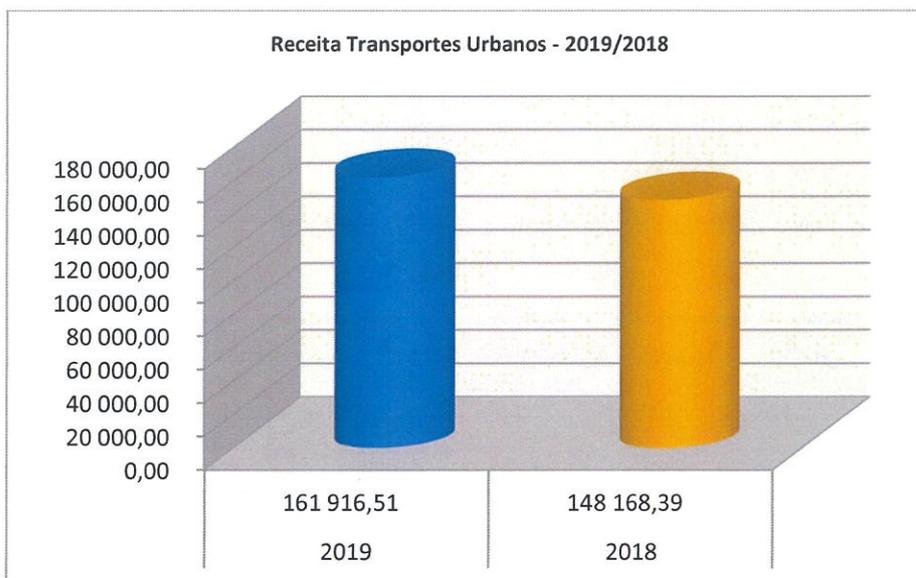
Passes adquiridos ao abrigo do Programa de Apoio à redução tarifária:

Mês

		Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Gerais	Quant.	188	208	176	246	256	286	268	1628
	Valor	1 410,00	1 560,00	1 320,00	1 845,00	1 920,00	2 145,00	2 010,00	12 210,00
Jovens	Quant.	179	85	37	318	422	437	422	1900
	Valor	671,25	318,75	138,75	1 192,50	1 582,50	1 638,75	1 582,50	7 125,00
Seniores	Quant.	223	259	265	320	325	304	294	1990
	Valor	836,25	971,25	993,75	1 200,00	1 218,75	1 140,00	1 102,50	7 462,50
Quant. Total		590	552	478	884	1003	1027	984	5518
Valor Total		2 917,50	2 850,00	2 452,50	4 237,50	4 721,25	4 923,75	4 695,00	26 797,50



A receita dos transportes urbanos teve a seguinte variação relativamente a 2018:

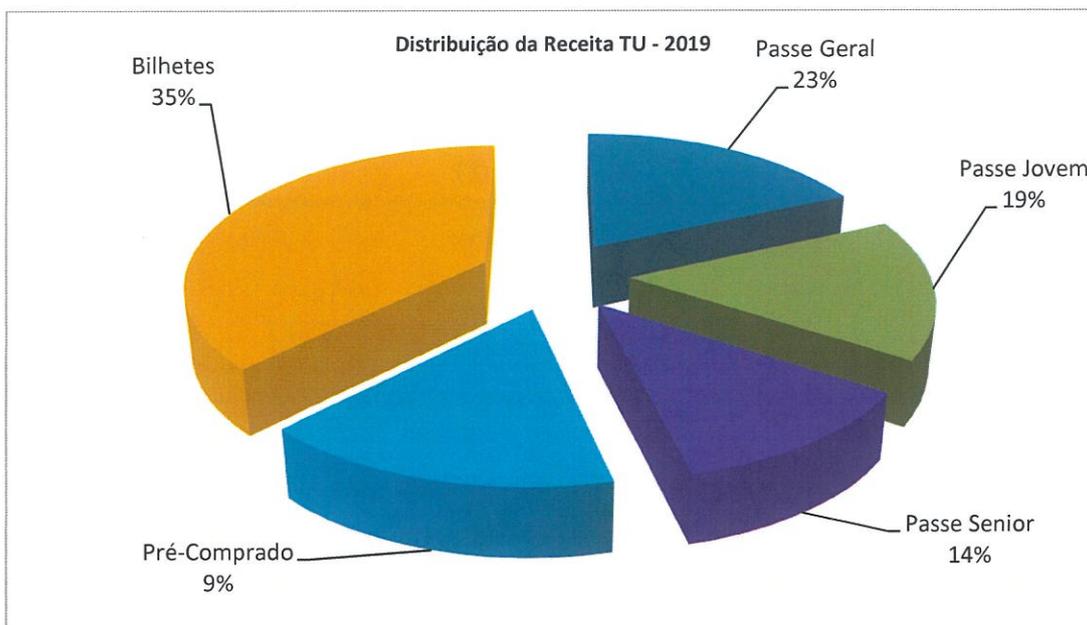


Receita Transportes Urbanos

Ano	Valor	Variação
2019	161.916,51	+ 9.28 %
2018	148.168,39	

Receita Transportes Urbanos por Título de Transporte

Título de Transporte	Passes Geral	Passes Jovem	Passes Sénior	Pré-Comprado	Bilhete	Total
2019	38.147,78	31.006,28	22.180,45	14.487,68	56.094,32	161.916,51
2018	27.149,13	23.644,22	17.800,92	23.936,98	55.637,14	148.168,39
Variação	+ 10.998,65	+ 7.362,06	+ 4.379,53	- 9.449,30	+ 457,18	+ 13.748,12
	+ 40,51%	+ 31,14%	+ 24,60%	- 39,48%	+ 0,82%	+ 9,28%



Em 2019 e em termos globais verifica-se um aumento da receita na ordem dos 9,28% face a 2018. Da leitura do quadro, constata-se que as alterações mais expressivas incidiram no passe geral, jovem e senior, títulos de transporte estes que registaram um aumento de 41%, 31 % e 25%, respetivamente. Os títulos pré-comprados registam uma redução de 39%, o que reflete a racionalidade económica dos nossos passageiros que optam pelos passes, beneficiando do programa de apoio à redução tarifária.

3.2. Estacionamento

A existência de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande tem subjacente a melhoria da rotatividade do estacionamento no centro urbano, permitindo a libertação de lugares de estacionamento para utilização rotativa de curta duração, combatendo a dificuldade de estacionamento, por um lado e dissuadindo a utilização do veículo individual por outro, através da promoção da consciencialização dos munícipes para a correta utilização do espaço público.

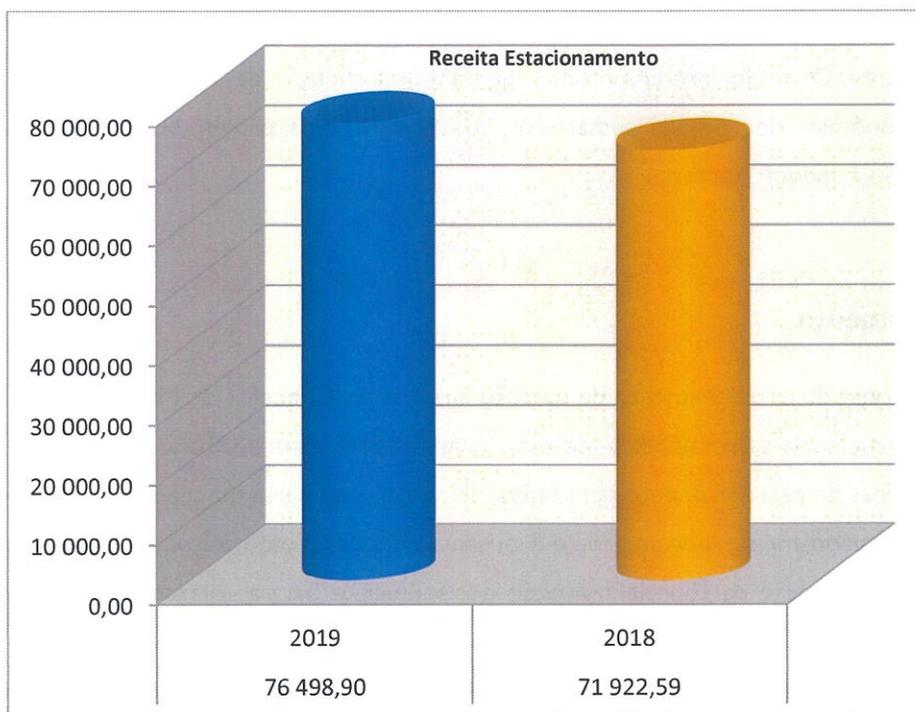
O estacionamento de duração limitada na Cidade da Marinha Grande teve início com a criação de 6 zonas de estacionamento no centro urbano, totalizando 573 lugares de estacionamento, incorporando 21 parcómetros. Em 2012 procederam-se a reajustamentos das zonas de estacionamento limitado, que se traduziram na redução do número de lugares de estacionamento onerados, pelo que atualmente aquele número ficou reduzido a 380 lugares.

O gráfico seguinte revela um aumento da receita proveniente do estacionamento de duração limitada em 2019, face a 2018, na ordem dos 6,36%.

Ano	Valor (€)	Variação
2019	76.498,90	+ 6,36%
2018	71.922,59	

Nota: Os valores traduzem todas as recolhas efetuadas até 31.12.2019

Relembramos que desde outubro 2018 foi disponibilizada uma aplicação de pagamento de estacionamento através de telemóvel, cuja grande vantagem para os seus utilizadores é o facto de não ser necessário qualquer recurso a moedas, notas ou recibos no momento do estacionamento, bastando apenas um registo prévio na aplicação e a associação a um Cartão de Crédito ou a uma conta Paypal.



De salientar que desde a sua implementação em 2011, o tarifário deste segmento de atividade não sofreu quaisquer alterações, mantendo-se em vigor valores substancialmente inferiores aos praticados em Concelhos limítrofes, pelo que o incremento da receita é o reflexo do aumento

do índice de utilização. A 31 de dezembro de 2019, o preço a pagar por uma hora, continua a ser 0,40 €:



1ª FRACÇÃO	0,15 euros	15 minutos
	0,20 euros	30 minutos
	0,30 euros	45 minutos
	0,40 euros	60 minutos
2ª FRACÇÃO	0,55 euros	75 minutos
	0,70 euros	90 minutos
	0,85 euros	105 minutos
	1,00 euros	120 minutos
3ª FRACÇÃO	1,20 euros	135 minutos
	1,40 euros	150 minutos
	1,60 euros	165 minutos
	1,80 euros	180 minutos

3.3. Transporte Escolar

Em 2019, o transporte escolar representou 46% do volume de negócios da Tumg. Analisando os mapas e gráficos seguintes, constata-se que o valor da receita obtida com os transportes escolares representa um resultado superior face a 2018, na ordem dos 14%, o que em termos absolutos se traduz num aumento da receita, no valor de 29.540,55 €.

Atualmente estão afetos aos transportes escolares, 7 autocarros com lotação igual ou superior a 55 lugares, sendo que apenas uma viatura pertencente à frota da Tumg presta este serviço, a qual garante o circuito de transporte escolar da Moita, dá apoio ao transporte dos alunos para os locais de refeição e às atividades desportivas e culturais promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo Município.



Consideramos ainda ser importante esclarecer o enquadramento legal em que esta prestação de serviço é assegurada:

Por via da regra, sempre que a Administração Pública, e em particular as Autarquias Locais, pretende contratar o fornecimento de determinados bens e serviços, deve dirigir-se ao mercado para efetuar a escolha do seu parceiro contratual, respeitando os princípios comunitários e nacionais em matéria de contratação, como são o princípio da concorrência, o princípio da transparência, o princípio da legalidade, entre outros. Esta exigência decorre das normas comunitárias. No entanto, é o próprio Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias que reconhece à Administração, onde se incluem as Autarquias Locais, quando verificados determinados pressupostos, “a possibilidade de cumprir as tarefas de interesse público (...) pelos seus próprios meios”. E aqui surge o conceito de contratação “*In House*”.

Trata-se de um instituto com génese na jurisprudência comunitária e que se encontra consagrado, presentemente, no ordenamento jurídico português, nos artigos 5.º, 5.º-A e 5.º-B, do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual. De acordo com o artigo 5.º dos Estatutos da empresa, constitui atribuição da Tumg: “Assegurar a prestação de serviços ao Município da Marinha Grande em função dos meios disponíveis para o efeito, designadamente em matéria de transportes escolares.”

Por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os valores contratualizados em resultado da consulta ao mercado e subsequentemente com o acionista, sofreram uma redução significativa, em virtude do estatuído neste diploma, que proíbe a prática de preços superiores aos preços de mercado.

As propostas apresentadas pela Tumg ao Município, têm sido sempre baseadas em procedimentos concursais, logo decorrem de preços que resultam do mercado.

Uma vez que os procedimentos concursais visam apenas a contratação dos meios operacionais para a prestação do serviço, não contemplando por isso todas as tarefas necessárias à sua concretização, têm sido apurados os preços médios de mercado que resultam das propostas apresentadas pelos concorrentes. O preço médio de mercado visa cobrir os custos administrativos complementares à execução do contrato.

As tarefas a executar pela Tumg que integram a componente administrativa traduzem-se no seguinte:

- Elaboração dos percursos de cada autocarro, em função do número de crianças/alunos a transportar por cada ano letivo e por escola:
 - Os percursos devem considerar:
 - O horário de entrada das crianças/alunos
 - O local de residência das crianças/alunos
 - O horário da interrupção para almoço (variável de escola para escola)
 - Os horários das atividades complementares (CAF, AAF, natação e psicomotricidade)
- Intermediação entre as escolas e a Câmara Municipal
 - Atualização permanente dos percursos, de acordo com as necessidades manifestadas pelas escolas/Câmara;
 - Dar resposta às solicitações de alterações e às necessidades pontuais de transporte;
 - Gestão de pedidos de transporte entre os estabelecimentos de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar (visitas pontuais a bibliotecas, museus, castelos, atividades lúdicas, quintas pedagógicas e temáticas, empresas, instituições);
 - Elaboração de mapas com circuitos específicos e pontuais (datas comemorativas e eventos direcionados), com o número de crianças/alunos e a sua distribuição pelos autocarros e escolas, em articulação com os horários de cada escola);

- Contacto com os motoristas a fim de prestar esclarecimentos ou dar indicações pontuais sobre o serviço.
- Rececionar e tramitar reclamações do serviço provenientes de Pais, Encarregados de Educação, Alunos e Professores.
- Controlo da execução do serviço:
 - Elaboração de mapas contabilísticos com a informação sobre os dados de execução do contrato;
 - Faturação do serviço efetivamente prestado, dependente do número de dias e do número de autocarros utilizados;
 - Elaboração de mapas estatísticos com o número de crianças/alunos transportados em cada horário dos respetivos percursos.

Para a proposta de 2019, a Tumg após lançar o procedimento concursal, com base nas necessidades manifestadas pelo acionista, adotou o preço mais baixo de mercado, tendo incorporado os custos administrativos em que incorre na execução do contrato, com base na contabilidade analítica da empresa. Estão refletidos os custos diretos e indiretos da atividade.

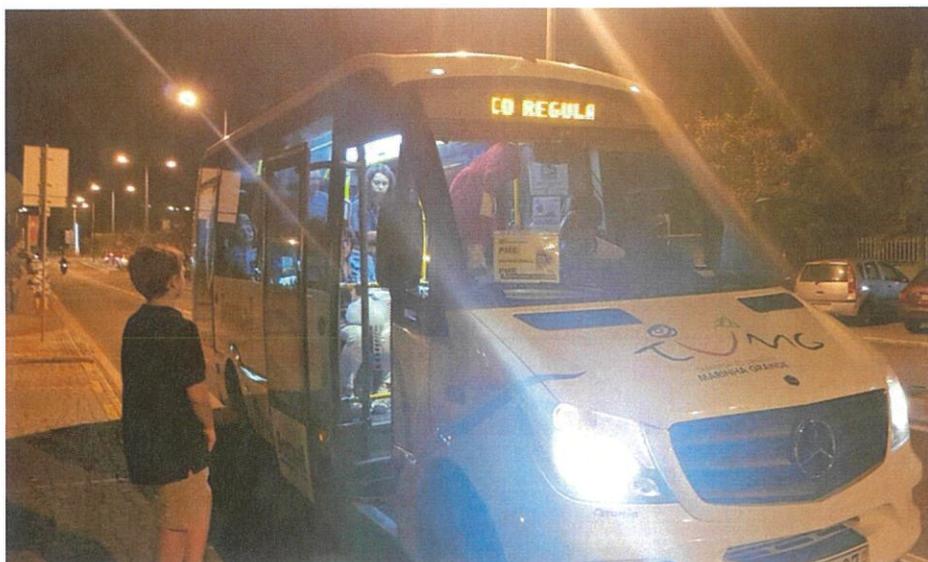
Importa ainda referir que o valor contratual corresponde ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação do serviço, nos termos das necessidades calculadas em função do calendário escolar, no entanto a faturação fica condicionada ao serviço efetivamente prestado.

De salientar ainda o facto de todas as viaturas afetas ao transporte escolar estarem a ser rentabilizadas no sentido de apoiar os estabelecimentos de ensino do Concelho, no que se refere às deslocações necessárias para as suas atividades desportivas e culturais, sem quaisquer encargos adicionais. São exemplo dessas atividades, as deslocações para pequenas visitas de estudo na área do Distrito, transporte dos alunos para frequência das aulas de natação adaptada, frequência de aulas de informática, orientação e multiatividades.

Transporte	2019	2018	Varição
Transporte Escolar	241.491,90	211.951,35	+ 13,94%
Alugueres subsidiados pelo município	33.950,00	34.408,80	- 1,33%
Alugueres Ocasionais	6.207,57	2.358,49	+ 163,20%
Total	281.649,47	248.718,64	+ 13,24%

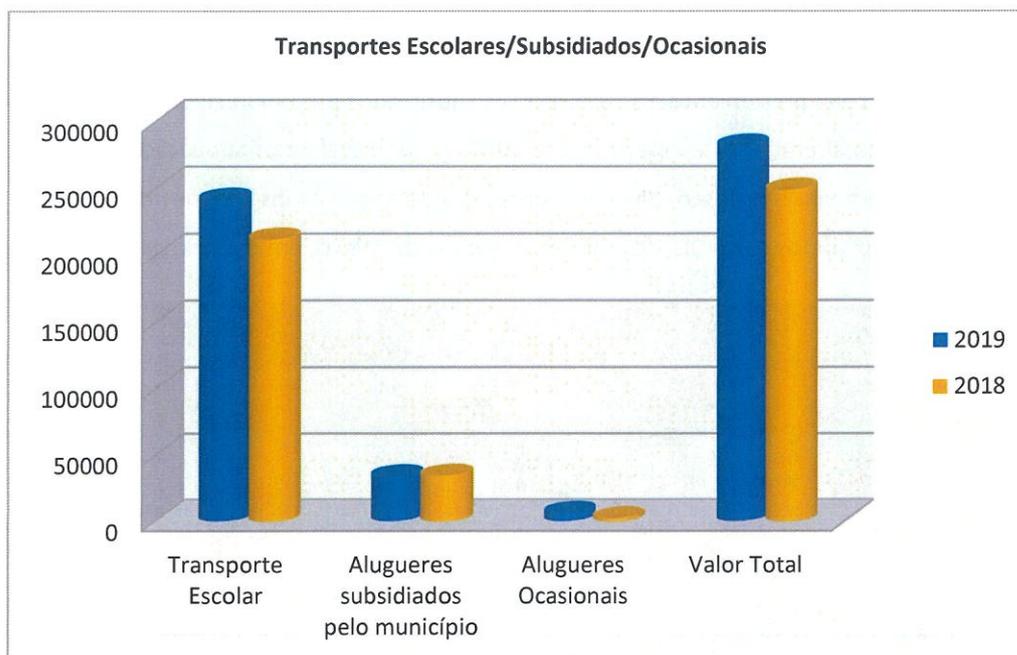
3.4. Transportes Subsidiados

Relativamente à receita proveniente dos transportes subsidiados pelo Município, o valor obtido em 2019 não sofreu alterações de relevo face a 2018, o que revela a continuação da dinâmica que o Município tem vindo a desenvolver na concessão de apoio às instituições do Concelho, na prossecução de projetos culturais, desportivos e sociais de relevo, em matéria de transportes.



3.5. Transportes Ocasionais

No que se refere aos transportes ocasionais (que se efetuam ocasionalmente a solicitação de várias entidades) verifica-se um aumento em termos absolutos no valor de 3.849,08 €, comparado com o resultado alcançado em 2018.



4. Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2019, a empresa integra no seu quadro um total de onze trabalhadores, dos quais sete trabalhadores efetivos, sendo dois em regime de cedência de interesse público, pelo município e quatro trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo, cuja contratação resultou da alteração do modelo de exploração do segmento dos transportes urbanos, que se consubstancia na autonomização progressiva quanto aos meios humanos e operacionais e na expansão da rede de transportes urbanos no Concelho. Atualmente estamos a operar neste segmento de atividade com cerca de 60% de meios próprios.

Nome	Cargo	Vínculo
Maria de Fátima Malesso Cardoso	Administradora	Acordo de Cedência de Interesse Público
Paula Margarida Monteiro Garcia	Assistente Técnica	Efetiva
Mário António Ribeyrete Pedro	Assistente Técnico	Contrato de Trabalho a Termo Certo
José Manuel Henriques Veras	Motorista	Efetivo
Armando Pereira Pinto	Motorista	Acordo de Cedência de Interesse Público
João Gonçalo Ferreira Moderno	Motorista	Efetivo
João Manuel Artilheiro Valina	Motorista	Efetivo
Valdemar Gaspar dos Ramos	Motorista	Efetivo
Ary Manuel Nunes Coutinho	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo
Maria Teresa Santos Cardoso	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo
Miguel Afonso Pedro Feliciano	Motorista	Contrato de Trabalho a Termo Certo

4.1. Evolução Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de pessoas ao serviço:

Descrição	2019	2018
Gastos com pessoal	213 031,07	189 878,94
Número médio de colaboradores durante exercício	11	9
Gastos com pessoal per capita	19 366,46	21 097,66
Número de pessoas no fim exercício	11	9

Em 2019 foi necessário recrutar dois motoristas para fazer face à expansão das linhas urbanas, o que justifica o aumento global dos gastos com o pessoal.

No exercício agora findo, a empresa não apresenta dívidas relativa aos seus trabalhadores.

4.2. Higiene e Segurança no Trabalho

De referir ainda que, em termos de responsabilidade social, a empresa cumpre todos os requisitos e condições de higiene e segurança no trabalho impostas no seu setor.

4.3. Questões Ambientais

A empresa respeita o cumprimento rigoroso das normas ambientais aplicáveis para o exercício da sua atividade. Nada de relevante há a salientar.

5. Administração

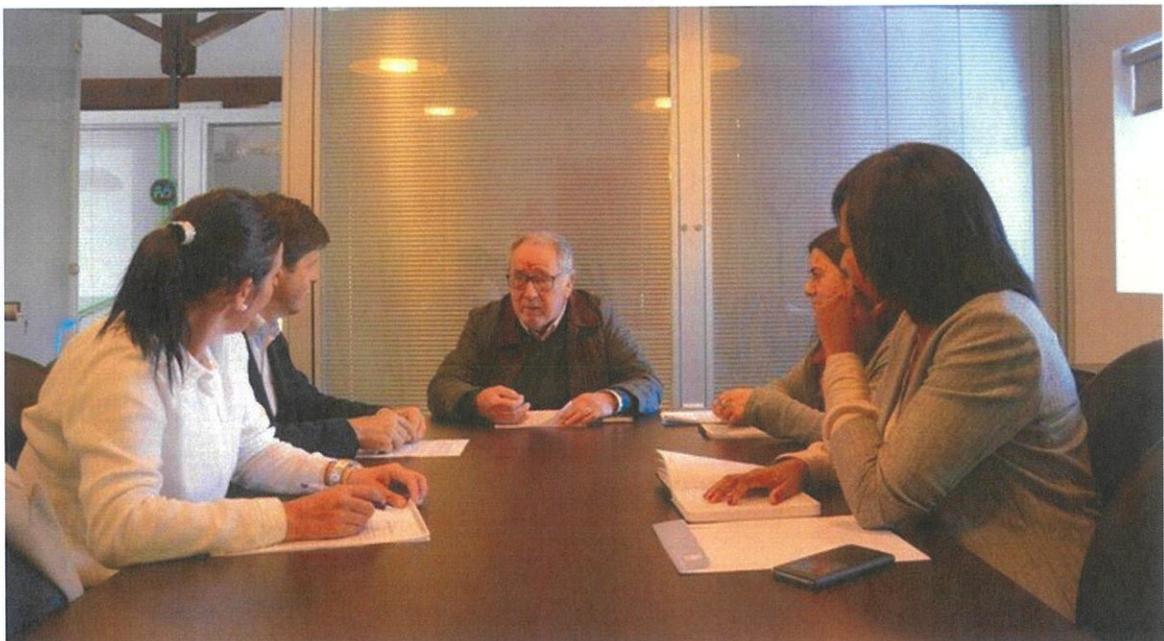
Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º dos Estatutos da empresa, o mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de quatro anos e coincide com o mandato dos titulares dos órgãos do Município. Nos termos do estatuído e por deliberação de Câmara de 13 de novembro de 2017, sob proposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, foi nomeado um novo Conselho de Administração, com a seguinte composição:

- Presidente: Dr. Carlos Alexandre de Carvalho Caetano
- Vogal: Dr.ª Maria de Fátima Malesso Cardoso

Tendo tomado posse no dia 17 de novembro de 2017.

Por deliberação de Câmara de 13 de agosto de 2018, foi designado como Fiscal Único da TUMG – EM Unipessoal, S.A., o Dr. Luis Filipe Vicente Pinto, Revisor Oficial de Contas e como suplente, a sociedade LCA – Leal, Carreira & Associados SROC Lda., representada pelo Dr. José Maria de Jesus Carreira, Revisor Oficial de Contas, tendo a proposta merecido aprovação em reunião da Assembleia Municipal de 17 de setembro de 2018, dando cumprimento ao estabelecido no artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Os membros do Conselho de Administração não têm participações noutras entidades.



6. Investimento

Em 2019, o investimento em imobilizado foi de 184.693,70 €, distribuídos do seguinte modo:

Rubricas	2019	2018
Ativos Fixos Tangíveis		
Equipamento Básico	174 503,36	3 456,75
Equipamento Administrativo	10 190,43	4 433,01
Total	184 693,79	7 889,76

O investimento em 2019 foi essencialmente dirigido à ampliação do transporte urbano até à freguesia de Vieira de Leiria, tendo a Tumg adquirido 2 miniautocarros urbanos, 2 máquinas de bilhética, equipamento informático, um abrigo de passageiros e equipamento de sinalização e identificação de locais de paragem dos transportes urbanos.

Investimento Linha Laranja	2019
Ativos Fixos Tangíveis	
Equipamento Básico	86 398,69
Miniautocarro Urbano	82 868,69
Postaletes	3 530
Equipamento Administrativo	9 825,43
Bilhética	5 800
Computador + Impressora	3 557,01
Software	468,42
Total	96 224,12

7. Análise Económica e Financeira

Introdução

Diversos fatores complementares surgidos em 2019, trouxeram implicações na vida da empresa, com reflexos no plano económico e financeiro, que se repercutiram neste exercício, implicando variações relativamente ao previsto no plano de atividades.

Indicadores Financeiros

Rácios	2019	2018	2017
<u>Liquidez geral</u>	205,69%	358,63%	230,41%
(Ativo corrente/Passivo corrente)			
<u>Liquidez imediata</u>	168,78%	313,15%	182,32%
(Dep. Banc. + Caixa/Passivo Corrente)			
<u>Autonomia Financeira</u>	64,49%	82,08%	74,33%
(Capital Próprio/Ativo)			
<u>Endividamento</u>	35,51%	17,92%	25,67%
(Passivo/Ativo)			
<u>Solvabilidade</u>	181,63%	458,18%	289,50%
(Capital Próprio/Passivo)			
<u>Prazo Médio de Recebimentos</u>	13	9	1
[Clientes/(Vendas + Prestação de Serv.) X 365]			
<u>Prazo Médio de Pagamentos</u>	138	71	123
[Fornecedores/(Compras + FSE) X 365]			
<u>Rendibilidade do Capital Próprio</u>	0,23%	0,80%	3,54%
(Resultado Líquido/Capital Próprio)			
<u>Rendibilidade Líquida do Ativo</u>	0,15%	0,66%	2,63%
(Resultado Líquido/Ativo)			
<u>Rendibilidade Líquida das Vendas e Prest. Serv.</u>	0,27%	1,18%	5,32%
[Resultado Líquido/(Vendas + Prest. Serviços)]			

Rubricas	2019	2018	2017
Ativo Corrente	584 884,44 €	539.233,50 €	543 880,81 €
Passivo Corrente	284 357,96 €	150.358,30 €	236 054,06 €
Dep. Bancários + Caixa	479 939,10 €	470.843,57 €	430 383,11 €
Capital Próprio	628 600,77 €	688.909,45 €	683 380,30 €
Ativo	974 685,73 €	839.267,75 €	919 434,36 €
Passivo	346 084,96 €	150.358,30 €	236 054,06 €
Clientes	18 808,92 €	12.123,27 €	1 065,96 €
Vendas + Prestações de Serviços	520 064,88 €	468.809,62 €	454 022,36 €
Fornecedores	251 056,22 €	122.696,03 €	198 646,38 €
Consumos + FSE	666 422,56 €	631.353,53 €	588 875,71 €
Resultado Líquido do Exercício	1 418,32 €	5.529,15 €	24 171,14 €

Financiamento

Em 2019 a empresa foi autossuficiente para suprir as suas necessidades correntes de tesouraria, não tendo sido necessário recorrer a capitais alheios para esse fim.

Gestão dos Riscos Financeiros

A empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentam em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a sociedade:

- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus Clientes, monitorizando a exposição efetiva;

- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

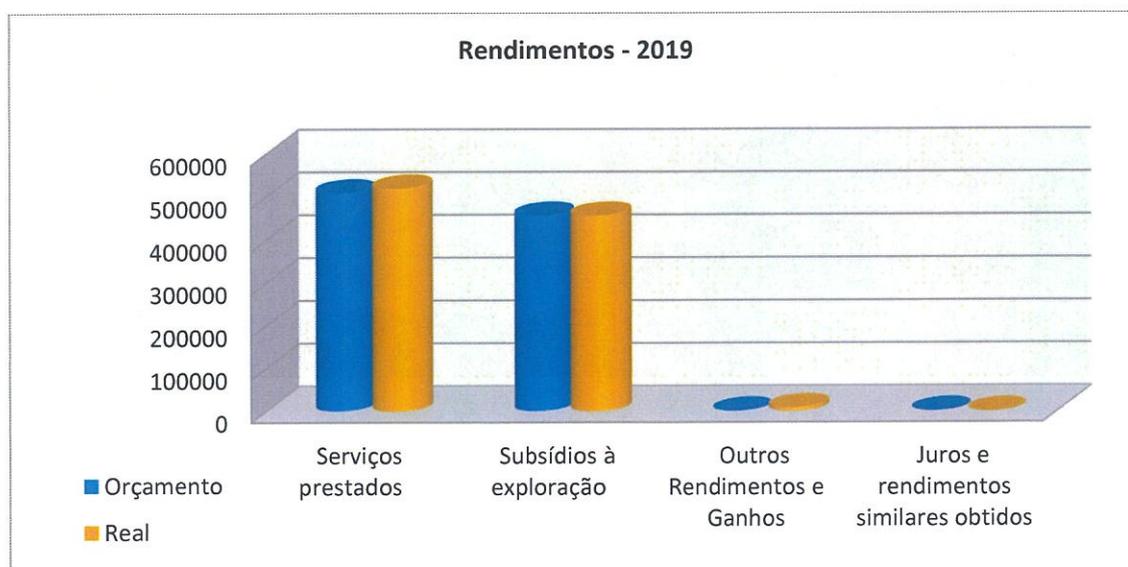
Rendimentos

Para o ano de 2019 a nossa previsão orçamental foi de 965.475,12 €. No entanto os valores realizados foram de 984.262,21 €.

Rubricas	2019		
Rendimentos e Ganhos	Orçamento	Real	Varição
Serviços prestados	509 396,69	520 064,88	+2,09%
Subsídios à exploração	456 078,24	456 078,24	0,00%
Reversões Imparidades dívidas a Receber	0,00	0,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	8 118,85	
Juros e rendimentos similares obtidos	0,19	0,24	
Total	965 475,12	984 262,21	+1,95%

Da análise deste mapa, constata-se um aumento nos rendimentos, correspondente a uma diferença percentual de 2% face à previsão orçamental. Os gastos e perdas, registaram um desvio de mais 3,22%.

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes do rédito, para o período em análise.



Rubricas

Rendimentos e Ganhos	2019	2018	Varição
Serviços prestados	520 064,88	468 809,62	+10,93%
Subsídios à exploração	456 078,24	431 564,91	+5,68%
Reversões Imparidades dívidas a Receber	0,00	0,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	8 118,85	11 700,00	-30,61%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,24	0,24	
Total	984 262,21	912 074,77	+7,91%

Globalmente, o diferencial dos rendimentos e ganhos entre 2019 e 2018 foi de mais 8%, o que em termos absolutos se traduz num aumento de 72.187,44 €.

Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2019, foi de 952.167,24 €. O realizado foi de 982.813,89 €. No global apurou-se um desvio de mais 3,22%.

Rubricas

2019

Gastos e perdas	Orçamento	Real	Varição
Fornecimentos e serviços externos	649 942,76	666 422,56	+2,54%
Gastos com o pessoal	191 973,19	213 031,07	+10,97%
Imparidade dívidas a receber	0,00	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	279,85	6 207,01	+2117,98%
Gastos de depreciação e amortização	106 403,06	95 406,90	-10,33%
Juros e gastos similares suportados	30,84	60,46	
Imposto sobre rendimento período	3 537,54	1 715,89	-51,49%
Total	952 167,24	982 843,89	+3,22%

Rubricas

Gastos e perdas	2019	2018	Varição
Fornecimentos e serviços externos	666 422,56	631 353,53	+5,55%
Gastos com o pessoal	213 031,07	189 878,94	+12,19%
Imparidade dívidas a receber	0,00	0,00	
Outros gastos e perdas	6 207,01	224,78	+2661,37
Gastos de depreciação e amortização	95 406,90	83 800,64	+13,85%
Juros e gastos similares suportados	60,46	23,13	
Imposto sobre rendimento período	1 715,89	1 264,60	+35,69%
Total	982 843,89	906 545,62	+8,42%

Globalmente, o diferencial dos gastos e perdas entre 2019 e 2018 foi de mais 8,42%, o que em termos absolutos se traduz num aumento de 76.298,27 €, resultado do investimento efetuado, que incrementou os gastos de depreciação e amortização, do recrutamento de 2 novos trabalhadores (motoristas) e do aumento dos fornecimentos e serviços externos, cujas rubricas que sofreram alterações materialmente relevantes foram as seguintes:

	2019	2018	Desvio
Conservação e reparação	63 249,59 €	46 801,15 €	10 839,96 €
Energia e fluidos	68 213,45 €	60 512,60 €	3 375,32 €

Os gastos com conservação e reparação relacionam-se com a necessidade de manutenções frequentes das viaturas afetas ao transporte urbano, devido às exigências do próprio serviço.

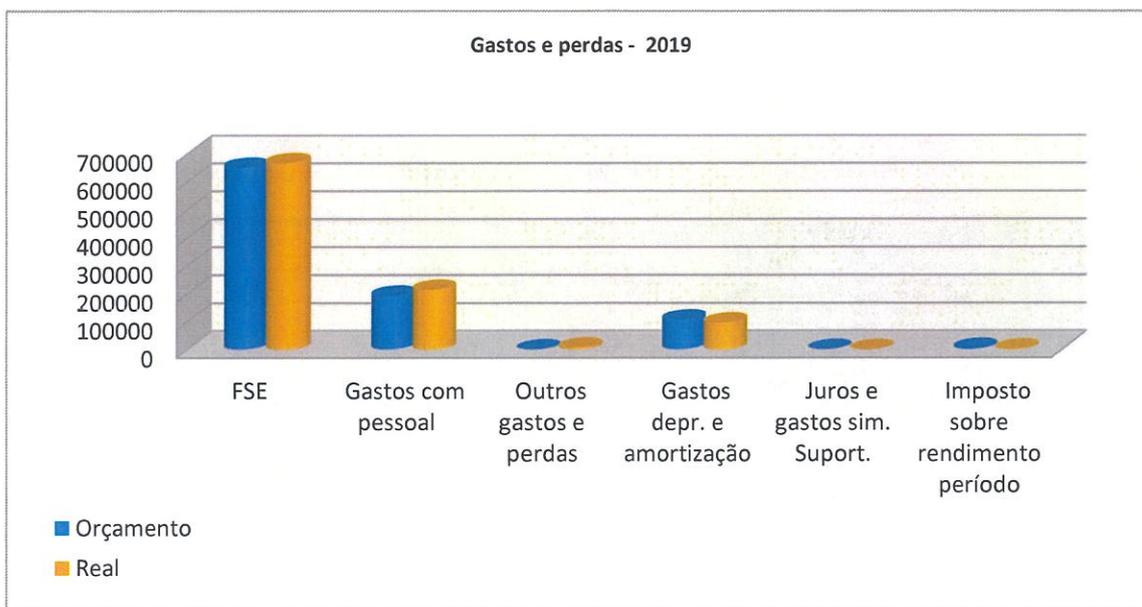
Os gastos com os combustíveis também sofreram um aumento, a par da expansão dos transportes urbanos.

De salientar ainda que a ampliação do transporte urbano à Freguesia de Vieira de Leiria implicou investimento cujos custos não foram contabilizados para efeitos do cálculo do valor do subsídio à exploração do exercício de 2019, tendo sido suportados na íntegra pela empresa municipal.

Os gastos incorridos com a implementação e entrada em funcionamento da linha laranja 14/15, de 28 de agosto a 31 de dezembro de 2019 foram os seguintes:

Linha Laranja		02-09-2019 a 31-12-2019
Serviços Diversos		7 275,96 €
Gastos com pessoal		8 137,72 €
Depreciações		5 448,07€
Outros		8,18 €
Total		20 869,93 €

Seguindo o mesmo esquema da análise dos rendimentos, apresentamos o gráfico das diversas rubricas de gastos incorridos no ano de 2019, comparativamente com os valores orçamentados:



Resultado

Como consequência dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se em 2019 um resultado líquido de 1.418,32 €, conforme mapa seguinte:

Rubricas	Orçamento	2019	2018
Rendimentos	965 475,12	984 262,21	912 074,77
Gastos	952 167,24	982 843,89	906 545,62
Resultado Líquido	13 307,88	1 418,32	5 529,15

8. Proposta de Aplicação de Resultados

A Administração propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

Rubricas	2019
Resultados transitados	1 270,00
Reserva legal	148,32
Total	1 418,32

9. Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício

A empresa não tem dívidas à segurança social, assim como não existem dívidas em mora ao Estado.

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício:

Não houve autorização concedida a qualquer Administrador para negociar com a sociedade em atos fora do próprio objetivo da sociedade, nem lhes foram concedidos empréstimos, ou créditos, efetuados pagamento por conta deles, prestadas garantias, nem facultados adiantamento de remunerações.

10. Publicidade de Participação de Acionistas e das Participações detidas por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Entidades	31-12-2019
Participação de acionistas:	
Município da Marinha Grande	100%
Participações detidas por Membros de Órgãos de Administração e Fiscalização:	
Carlos Alexandre de Carvalho Caetano - Presidente	0%
Maria de Fátima Malessio Cardoso - Vogal	0%
Luis Filipe Vicente Pinto - Revisor Oficial de Contas	0%

11. Sucursais

Não existiam, à data do encerramento de contas, nem existiram durante o período, quaisquer sucursais da Sociedade.

12. Considerações Finais

O Conselho de Administração expressa um firme reconhecimento e agradecimento aos membros dos restantes Órgãos Sociais, Assembleia Geral e Fiscal Único, pelo trabalho desenvolvido e pelo empenho demonstrado na defesa dos interesses da empresa.

Manifesta o seu reconhecimento e profundo apreço a todos os seus Colaboradores, que através do seu envolvimento direto, potenciaram a concretização dos objetivos estabelecidos.

O Conselho de Administração não pode deixar de expressar o seu especial agradecimento a todos os seus Utentes, pela confiança e preferência com que nos têm distinguido.

13. Demonstrações Financeiras

Apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo.

Marinha Grande, 13 de março de 2019

O Conselho de Administração

CARLOS
ALEXANDRE
DE CARVALHO
CAETANO

Digitally signed by
CARLOS ALEXANDRE
DE CARVALHO
CAETANO
Date: 2020.03.20
12:52:49 Z

Assinado por: **MARIA DE FÁTIMA MALESSO
CARDOSO**
Num. de Identificação: BI086885120
Data: 2020.03.20 12:25:01+00'00'



Carlos Alexandre de Carvalho Caetano

Presidente

Maria de Fátima Malessso Cardoso

Vogal

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019				euros
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31-12-2019	31-12-2018	
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	388 356,84	299 069,95	
Outros Investimentos Financeiros		1 444,45	964,30	
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00	
		389 801,29	300 034,25	
Ativo Corrente				
Clientes	14.1	18 808,92	12 123,27	
Estados e outros entes públicos	16.1	36 102,83	5 779,98	
Outros Créditos a Receber	14.1	49 752,65	49 591,55	
Diferimentos	16.2	280,94	895,13	
Caixa e depósitos bancários	4.1/14.3	479 939,10	470 843,57	
		584 884,44	539 233,50	
Total do ativo		974 685,73	839 267,75	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	16.3	338 000,00	338 000,00	
Reservas legais	16.3	38 999,97	38 440,82	
Resultados transitados	16.3	250 182,48	245 212,48	
Resultado líquido do período	16.3	1 418,32	5 529,15	
Total do capital próprio		628 600,77	627 182,45	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	12	61 727,00	61 727,00	
		61 727,00	61 727,00	
Passivo corrente				
Fornecedores	14.1	251 056,22	122 696,03	
Estado e outros entes públicos	16.1	5 962,97	6 166,63	
Outras dívidas a pagar	14.1	25 541,55	19 726,73	
Diferimentos	16.2	1 797,22	1 768,91	
		284 357,96	150 358,30	
Total do passivo		346 084,96	212 085,30	
Total do capital próprio e do passivo		974 685,73	839 267,75	

O Contabilista Certificado



CARLOS
ALEXANDRE
DE CARVALHO
CAETANO
CAETANO

Digitally signed by
CARLOS ALEXANDRE
DE CARVALHO
CAETANO
Date: 2020.03.20
12:53:28 Z

O Conselho de Administração

Assinado por: **MARIA DE FÁTIMA MALESSO
CARDOSO**
Num. de Identificação: BI086885120
Data: 2020.03.20 12:28:51+00'00'

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31-12-2019		euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	10	520 064,88	468 809,62
Subsídios à exploração	10	456 078,24	431 564,91
Fornecimentos e serviços externos		-666 422,56	-631 353,53
Gastos com o pessoal	15	-213 031,07	-189 878,94
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	0,00	0,00
Outros rendimentos	10	8 118,85	11 700,00
Outros gastos	0	-6 207,01	-224,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		98 601,33	90 617,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-95 406,90	-83 800,64
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 194,43	6 816,64
Juros e rendimentos similares obtidos	10	0,24	0,24
Juros e gastos similares suportados	9	-60,46	-23,13
Resultado antes de impostos		3 134,21	6 793,75
Imposto sobre o rendimento do período - Corrente	13	-1 715,89	-1 264,60
Resultado líquido do período		1 418,32	5 529,15
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

CARLOS
ALEXANDRE DE
CARVALHO
CAETANO

Digitally signed by
CARLOS ALEXANDRE DE
CARVALHO CAETANO
Date: 2020.03.20
12:54:16 Z

Assinado por: **MARIA DE FÁTIMA MALESSO
CARDOSO**

Num. de Identificação: BI086885120
Data: 2020.03.20 12:31:26+00'00'



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS ANUAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2019

Euro

DESCRICÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital do acionista										Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio			
POSICÃO NO INÍCIO DE 2018	338 000,00	0,00	0,00	0,00	35 969,68	0,00	285 239,48	0,00	0,00	24 171,14	683 380,30	0,00	683 380,30
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Outras alterações reconhec. no capital próprio					2 471,14		-40 027,00			-24 171,14			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										5 529,15			
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO													
Realizações de capital													
Entradas para cobertura de perdas													
POSICÃO NO FIM DE 2018	338 000,00	0,00	0,00	0,00	38 440,82	0,00	245 212,48	0,00	0,00	5 529,15	627 182,45	0,00	627 182,45
POSICÃO NO INÍCIO DE 2019	338 000,00	0,00	0,00	0,00	38 440,82	0,00	245 212,48	0,00	0,00	5 529,15	627 182,45	0,00	627 182,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Outras alterações reconhec. no capital próprio					559,15		4 970,00			-5 529,15			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										1 418,32			
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
POSICÃO NO FIM DO 2019	338 000,00	0,00	0,00	0,00	38 999,97	0,00	250 182,48	0,00	0,00	1 418,32	628 600,77	0,00	628 600,77

O Contabilista Certificado



O Conselho de Adm **CARDOSO**

Assinado por: **MARIA DE FÁTIMA MALESSO**
 Digitally signed by
 CARLOS ALEXANDRE DE
 CARVALHO
 Data: 2020.03.20 12:37:52+00'00"
 Z

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		1 077 191,85	1 068 297,75
Pagamentos a fornecedores		-623 276,39	-876 213,84
Pagamentos ao pessoal		-213 031,07	-189 878,94
Caixa gerada pelas operações		240 884,39	2 204,97
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-927,12	-5 135,92
Outros recebimentos/pagamentos		-3 688,38	49 752,09
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		236 268,89	46 821,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-227 173,36	-6 360,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-227 173,36	-6 360,67
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		9 095,53	40 460,47
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		470 843,57	430 383,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.2/28.3	479 939,10	470 843,57

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

CARLOS ALEXANDRE
DE CARVALHO
CAETANO

Digitally signed by
CARLOS ALEXANDRE DE
CARVALHO CAETANO
Date: 2020.03.20 12:55:27
Z

Assinado por: **MARIA DE FÁTIMA MALESSO
CARDOSO**

Num. de Identificação: B1086885120
Data: 2020.03.20 12:39:40+00'00'



B. ANEXO

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da Entidade

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal SA

1.2. Sede

Rua Pereira Crespo, s/n, 2430-246 Marinha Grande

1.3. NIPC

505 849 348

1.4. Natureza da Atividade

A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande é uma empresa Municipal, criada em 5 de novembro de 2001, cujos estatutos foram publicados no DR n.º 285 de 10 de dezembro de 2002.

A Tumg presta serviços de Transportes Públicos de Passageiros e de gestão do estacionamento de duração limitada, na área do Município da Marinha Grande.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2010, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho. Desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da TUMG.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente período do exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não se aplica

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da TUMG, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Equipamento Básico	Entre 4 e 6 Anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 Anos
Outas Instalações de Uso Específico	10 Anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.



Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Loações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo aos ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Rédito

O rédito é mensurado pelo valor da contraprestação recebida ou a receber.



O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido líquido de imposto, pelo valor do montante a receber. O rédito da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Imposto sobre o Rendimento

Relativamente ao cálculo de estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.



Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “outras contas a receber e a pagar” e “diferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídio de férias e natal.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento dum passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da TUMG.

4. Fluxos de Caixa



4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	560,00	Saldo do fundo fixo de caixa
Depósitos à ordem	12	477 379,10	
Depósitos a prazo	13	2 000,00	
Total		479 939,10	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Tumg.

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros materialmente relevantes, relativamente ao período anterior, não havendo por isso necessidade de correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2019, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

6. Ativos Intangíveis

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Ativos Intangíveis

Descrição	31-12-2018	reavaliação	aumentos	alienações	transferên	31-12-2019
Ativos Intangíveis						
Programas de Computador	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Depreciações acumuladas	125,00		0,00			125,00
Perdas por imparidade	0,00					
Depreciação acumulada	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Tangíveis Brutos

Ativos Fixos Tangíveis	Terrenos	Edifícios	Equip. Básico	Equi. Admin.	Outros AFT	Total
Quantia Bruta inicial	19 390,00	158 524,77	709 828,95	105 161,69	173,36	993 078,77
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	26 024,53	580 125,20	87 701,98	157,11	694 008,82
Depreciações período	0,00	3 551,59	81 689,00	10 158,18	8,13	95 406,90
Aquisições período	0,00	0,00	174 503,36	10 190,43	0,00	184 693,79
Alienações	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Quantia líquida final	19 390,00	128 948,65	222 518,11	17 491,96	8,12	388 356,84
Depreciações acumuladas finais	0,00	29 576,12	661 814,20	97 860,16	165,24	789 415,72
Quantia bruta final	19 390,00	158 524,77	884 332,31	115 352,12	173,36	1 777.772,56



8. Locações

Em 31 de Dezembro de 2019, não havia responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras.

9. Custo dos Empréstimos Obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo e a quantia reconhecida no período foi proveniente de:

Juros e gastos similares suportados	2019	2018
Juros Suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos	0,00	0,00
De mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros	60,46	23,13
Total	60,46	23,13

10. Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito, reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:

Réditos	2019	2018	Variação
Prestação de serviços			
Aluguer de Autocarros	281 649,47	248 718,64	32 930,83
Transportes Públicos de Passageiros	161 916,51	148 168,39	13 748,12
Estacionamento	76 498,90	71 922,59	4 576,31
Subsídios à exploração			
Contrato Programa	456 078,24	431 564,91	24 513,33
Reversões			
Em Dívidas a receber	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos			
Outros rendimentos e ganhos	8 118,85	11 700,00	-3 581,15
Juros			
Dépósitos bancários	0,24	0,24	0,00
Total	984 262,21	912 074,77	72 187,44

A rubrica de Subsídios à exploração para os exercícios de 2019 e 2018, são provenientes de:

Subsídios à exploração	2019	2018
Contrato-Programa	456 078,24	431 564,91
Total	456 078,24	431 564,91

11. Partes Relacionadas

Entidade Participante

Tipo	Denominação	NIPC	Valor		Valor nominal realizado	
			Nominal subscrito	%	Em meios monetários	Em espécie
Município	Município da Marinha Grande	505776758	338.000,00	100,00	75.000,00	263.000,00

As únicas partes relacionadas referem-se ao acionista único, Município da Marinha Grande, com o qual existiram as seguintes transações:

Transações entre partes relacionadas	2019	2018
Natureza da operação	Acionista Único	
Prestação de Serviços	770 486,02	715 931,76
Aquisição de Serviços	538,25	492,38

12. Provisões, passivos contingentes

Está em curso um processo judicial interposto pela Agência de Viagens e Transportes do Vale do Ave, Lda., relativo à prestação do serviço de transportes urbanos do ano 2013. O processo encontra-se para conclusão do Juiz, a fim de ser agendada data para a realização da audiência final de julgamento.

Apesar da empresa não reconhecer a possibilidade de perder a ação, face aos princípios contabilísticos, em especial ao princípio da prudência, já no exercício de 2018 se considerou a probabilidade de



existência de um risco quantificável, pelo que na condição de incerteza, foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

Processo judicial em curso	2018
Aumentos	
Constituição	61 727,00

Já após a data do encerramento do exercício, a AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes emitiu uma Proposta de Parecer Prévio Vinculativo negativo, datado de 24 de janeiro de 2020, sobre o enquadramento aplicável ao contrato programa e à subcontratação, relativos à atividade dos transportes urbanos, na sua adequação à legislação em vigor, designadamente à Lei 52/2015, de 09 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e aos regulamentos nacionais e comunitários.

No sentido de se proceder à reformulação dos referidos contratos, de modo a dar resposta às orientações e recomendações emanadas pela entidade reguladora, a Tumg procedeu à contratação de serviços de assessoria jurídica, junto de uma equipa de advogados especializados e com experiência comprovada nesta área, nomeadamente na adequação dos instrumentos contratuais à legislação vigente, estando em curso o processo de reformulação da documentação contratual em causa.

É convicção da Administração que, tendo sido desencadeados os procedimentos tendentes à contratação dos serviços supra elencados e cumpridos os formalismos necessários, não são previsíveis consequências relevantes, atento o histórico existente e o facto deste tipo de controlos efetivos por parte da AMT assumirem, até agora, uma vertente predominantemente pedagógica, face à complexidade da legislação nacional e comunitária atualmente aplicável.

13. Impostos Sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser detalhados como segue.

A reconciliação de resultado antes de imposto para o imposto de exercício é como segue:



Imposto sobre o Rendimento	2019	2018
Resultados antes de impostos	3 134,21	6 793,75
Taxa nominal de imposto	54,75%	18,61%
Imposto Diferido		
Imposto corrente	1 715,89	1 264,60
Total	1 715,89	1 264,60

14. Instrumentos Financeiros

Políticas Contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

14.1. Fornecedores/Clientes/Outras Contas a Receber e a Pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Ativos e Passivos Correntes	2019			2018		
	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total
Ativos						
Cientes	26 242,13	7 433,21	18 808,92	19 556,48	7 433,21	12 123,27
Outras contas a Receber	49 752,65	0,00	49 752,65	49 591,55	0,00	49 591,55
Total do Ativo	75 994,78	7 433,21	68 561,57	69 148,03	7 433,21	61 714,82
Passivos						
Fornecedores	251 056,22	0,00	251 056,22	122 696,03	0,00	122 696,03
Outras Contas a Pagar	25 541,55	0,00	25 541,55	19 726,73	0,00	19 726,73
Total do Passivo	276 597,77	0,00	276 597,77	142 422,76	0,00	142 422,76

14.2. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades Acumuladas de acordo com a Antiguidade dos Valores em Dívida	Dívida de Clientes	Perdas por Imparidade Acumul. das Dívidas dos Clientes	%
Mora mais de 24 Meses	7 433,21	7 433,21	100%
Total	7 433,21	7 433,21	

14.3. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	2019	2018
Ativos		
Caixa	560,00	560,00
Depósitos à ordem	477 379,10	468 283,57
Outros depósitos bancários	2 000,00	2 000,00
Total	479 939,10	470 843,57

15. Benefícios de Empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2019	2018
Remunerações	168 827,73	148 889,49
Encargos sobre remunerações	36 117,86	32 925,21
Seguros de acidentes de trabalho	3 193,94	3 228,07
Outros gastos	4 891,54	4 836,17
Total	213 031,07	189 878,94

16. Outras Informações

16.1. Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros Entes Públicos	2019	2018
	Corrente	Corrente
Ativos		
Imposto sobre o Rendimento/Pagamento por Conta	0,00	5 135,92
Imposto sobre o Rendimento/A Recuperar	0,00	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado/A Recuperar	36 102,83	644,06
Total	36 102,83	5 779,98
Passivos		
Imposto sobre o Rendimento Estimado	788,77	1 264,60
Retenção de Imposto sobre o Rendimento	1 106,60	1 461,10
Imposto sobre o Valor Acrescentado/A Pagar	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	3 664,76	3 050,34
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	402,84	390,59
Total	5 962,97	6 166,63

16.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de Deferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2019	2018
	Corrente	Corrente
Ativos		
Gastos a Reconhecer		
Seguros	239,06	855,07
Contrato Continuidade aplicação informática	41,88	40,06
Total	280,94	895,13
Passivos		
Rendimentos a Reconhecer		
Passes e cartões	1 797,22	1 768,91
Total	1 797,22	1 768,91



16.3. Capitais próprios

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de capitais próprios apresentava a seguinte decomposição:

Capitais Próprios	2019	2018
Capital próprio		
Capital Realizado	338 000,00	338 000,00
Reservas Legais	38 999,97	38 440,82
Resultados Transitados	250 182,48	245 212,48
Resultado Líquido do Período	1 418,32	5 529,15
Total	628 600,77	627 182,45

16.4. Informação sobre as situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Conforme se demonstra no quadro seguinte, nos três últimos exercícios não se verificam nenhuma das situações referidas nas alíneas a) a d):

Lei n.º 50/2012	2019	2018	2017	2016
Alínea a)				
Vendas/Prestação de Serviços	520.064,88 €	468.809,62 €	454.022,36 €	441.799,85 €
Gastos Totais	982.843,89 €	906.545,62 €	872.830,14 €	878.657,78 €
% (V+PS/Gastos Totais)	53%	52%	52%	50%
Alínea b)				
Subsídios	456.078,24 €	431.564,91 €	438.730,41 €	440.832,57 €
Receitas Totais	984.262,21 €	912.074,77 €	897.001,28 €	888.781,79 €
% (Subsídios/Receitas Totais)	46%	47%	49%	50%
Alínea c)				
Resultado Operacional (EBIT)	3.194,43 €	6.816,44 €	31.097,22 €	13.327,95 €
Alínea d)				
Resultado Líquido	1.418,32 €	5.529,15 €	24.171,14 €	10.124,01 €

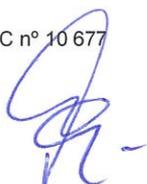
17. Acontecimentos após a data do Balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2019.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Marinha Grande, 13 de março de 2019

CC n.º 10 677



Fernando J. Carvalho

Conselho de Administração

Presidente

CARLOS
ALEXANDRE DE
CARVALHO
CAETANO

Digitally signed by
CARLOS ALEXANDRE DE
CARVALHO CAETANO
Date: 2020.03.20
12:58:47 Z

Carlos Alexandre de Carvalho Caetano

Assinado por: ^{Vogal} **MARIA DE FÁTIMA MALESSO
CARDOSO**

Num. de Identificação: B1086885120
Data: 2020.03.20 12:41:25+00'00'



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmº Acionista Único

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, SA

De acordo com as disposições estatutárias da nossa sociedade e demais legislação em vigor, a Administração da **TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, SA**, apresentou o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados e respectivos anexos, referentes ao exercício de 2019.

No exercício das suas actividades de fiscalização e de harmonia com as exigências legais, o Fiscal Único procedeu ao exame dos registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, tendo constatado que os elementos referidos traduzem de forma clara a actividade da sociedade e que os valores contabilísticos registados satisfazem os requisitos legais e estatutários.

Os critérios valorimétricos adotados na preparação das contas são os constantes do Anexo às Demonstrações Financeiras e traduzem uma adequada avaliação do património social.

O fiscal único que, de acordo com a Lei é também o Revisor Oficial de Contas, emitiu a Certificação Legal das Contas, a qual fica fazendo parte integrante deste relatório.

Nestas condições somos de parecer;

A) Que aproveis o Relatório, Balanço e Contas referentes a 31 de Dezembro de 2019 apresentados pela Administração.

B) Que ao saldo da conta de Resultados Líquidos do Exercício seja dada a aplicação proposta pela Administração.

Marinha Grande, 19 de março de 2020

O FISCAL ÚNICO

Luis Filipe Vicente Pinto

Revisor Oficial de Contas N.º 664

Luis Filipe Vicente Pinto



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, SA**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 que evidencia um total de 974.685,73 euros e um total de capital próprio de 628.600,77 euros, incluindo um resultado líquido de 1.418,32 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, SA** em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ênfase

Tal como referido no ponto 12 do anexo às demonstrações financeiras, já após a data do encerramento do exercício, a AMT – Autoridade da Mobilidade e Transportes emitiu uma proposta de parecer prévio vinculativo negativo datado de 24 de janeiro de 2020 sobre o enquadramento contratual aplicável à operação da TUMG.

No sentido de se proceder à reformulação dos referidos contratos, de modo a dar resposta às orientações e recomendações emanadas pela entidade reguladora, a TUMG procedeu à contratação de serviços de assessoria jurídica, junto de uma equipa de advogados especializados e com experiência comprovada nesta área, estando em curso o processo de reformulação da documentação contratual em causa.

É convicção da Administração que, cumpridos os formalismos necessários, não são previsíveis consequências relevantes, atento o histórico existente e o facto deste tipo de controlos efetivos por parte da AMT assumirem, até agora, uma vertente predominantemente pedagógica, face à complexidade da legislação nacional e comunitária atualmente aplicável.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



LUIS PINTO

Revisor Oficial de Contas / Statutory Auditor

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Marinha Grande, 19 de março de 2020

Luis Filipe Vicente Pinto
Revisor Oficial de Contas N.º 664